

EROSÃO DA DEMOCRACIA EM FACE DOS NOVOS IMPERIALISMOS*

*Pedro de O. Alves** & João Guilherme A. R. de Lira*** & Kamilly Cristiane F. R. Batista*****

Resumo: O presente artigo analisa a categoria dos novos imperialismos como forma de observar práticas recentes no séc. XXI, que se portam como uma possível ameaça à noção de soberania dos povos, favorecendo a não concretização da democracia nos termos discutidos por Hans Kelsen e Norberto Bobbio. Utilizando-se dos Estados Unidos, da Rússia e da China como exemplos, demonstramos, ao longo do trabalho, como as manifestações políticas desses países têm afetado a autoafirmação dos Estados Nacionais submissos e causado uma ruptura no cenário internacional. Para isso, começamos discorrendo brevemente acerca das características do regime político democrático. Logo depois, pontuamos as ideias existentes acerca do novo imperialismo e suas principais expressões. Por fim, problematizamos a forma pela qual o imperialismo causa a erosão da democracia.

Palavras-chave: Democracia; Imperialismo; Soberania.

EROSION OF DEMOCRACY IN THE FACE OF NEW IMPERIALISMS

Abstract: The present article examines the category of new imperialisms as a means to observe recent practices in the 21st century that behave as a potential threat to the concept of people's sovereignty, thereby hindering the realization of democracy as discussed by Hans Kelsen and Norberto Bobbio. Making use of the United States, Russia, and China as examples, we demonstrate throughout this work how the political actions of these countries have impacted the self-affirmation of the submissive National States and have caused a disruption in the international scenario. For that, we begin by briefly discussing the characteristics of democracy. After that, we point out some ideas about the new imperialism and its main expressions. Finally, we scrutinize the way in which imperialism causes the erosion of democracy.

Keywords: Democracy; Imperialism; Sovereignty.

EROSIÓN DE LA DEMOCRACIA FRENTE A LOS NUEVOS IMPERIALISMOS

Resumen: Este artículo examina la categoría de los nuevos imperialismos como una forma de observar prácticas recientes en el siglo XXI que actúan como una posible amenaza a la noción de soberanía de los pueblos, dificultando la realización de la democracia tal como la discutieron Hans Kelsen y Norberto Bobbio. Abordando ejemplos de Estados Unidos, Rusia y China,

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) em nível de Pós-doutorado.

** Pós-doutorando na Faculdade de Direito de Vitória (FDV-ES), Brasil. Doutor e Mestre em Direito pela UFPE. Professor de Teoria do Estado e Direito Constitucional da Faculdade de Direito do Recife (UFPE) entre 2021 e 2023. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6801-4383>. Contato: pedro.oalves@ufpe.br.

*** Acadêmico do curso de graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4553-1229>. Contato: joao.glira@ufpe.br.

**** Acadêmica do curso de graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6663-066X>. Contato: kamilly.batista@ufpe.br.

demostramos, a lo largo del trabajo, cómo las acciones políticas de estos países han impactado en la autoafirmación de los Estados nacionales sumisos y han causado una interrupción en el panorama internacional. Para ello, comenzamos discutiendo brevemente las características del régimen democrático. A continuación, puntualizamos las ideas sobre el nuevo imperialismo y sus principales expresiones. Finalmente, destacamos la forma en que el imperialismo provoca la erosión de la democracia.

Palabras clave: Democracia; Imperialismo; Soberanía.

1 Introdução

Em razão das novas características da sociedade no século XXI, especialmente por conta das transformações tecnológicas nas comunicações, interações e transportes, a “política imperialista” aparece de modo reconfigurado: não necessariamente mediante a força bélica imposta por um Estado-nação, mas com uma nova roupagem econômica e política. Nesse sentido, este artigo pretende examinar algumas das experiências contemporâneas desse novo imperialismo político – que aparece como estratégia estatal para consolidar sua liderança no panorama internacional mediante técnicas de coerção econômica e jurídica, sem que haja, obrigatoriamente, a dominação direta por meio de invasão e ocupação militar. De modo mais específico, se pretende refletir como esses mecanismos desafiam a teoria e prática das democracias contemporâneas.

Dessa forma, o objetivo deste artigo consiste em problematizar esse novo imperialismo como causa de um fenômeno de erosão da democracia, uma vez que desconsidera o protagonismo das comunidades nos países subjugados na produção de normas e decisões jurídicas e econômicas na busca por melhoria da qualidade de vida.

Nesse sentido, o primeiro tópico discorre sobre as características da democracia no século XXI, em um sentido não apenas procedimental, mas também finalístico: que é a ideia de que os governados e atingidos devem participar e consentir sobre as decisões que influenciam suas vidas para que possam proteger os mais vulneráveis e melhorar a condição humana. Essa concepção será desenvolvida especialmente a partir do argumento de Norberto Bobbio sobre um modelo democrático com promoção de justiça social.

Na sequência, o artigo examina em que consistem as ameaças e os obstáculos ao regime democrático a partir da categoria “novo imperialismo” como uma das principais causas da “erosão democrática”. Sustenta-se que a percepção de práticas imperialistas pode contribuir para a identificação e reflexão sobre os desafios das políticas econômicas e das relações internacionais fixadas em posturas unilaterais de grandes potências.

Por fim, o artigo discute dois casos práticos de políticas imperialistas no século XXI.

Trata-se de uma análise exemplificativa para tornar mais clara a dimensão do problema investigado e as potenciais contribuições da reflexão sobre o novo imperialismo.

2 A democracia para além do procedimentalismo

A princípio, é válido ressaltar que a origem grega do termo “democracia” (*demos* = povo, *kratein* = governo) remete a um sistema político em que os cidadãos governados participam dos rumos do governo. Essa participação no governo, na produção e aplicação das normas jurídicas, seria a característica essencial da democracia, segundo Hans Kelsen¹. Sua origem, porém, está relacionada a uma forma de emancipação de grupos sociais contra a aristocracia ateniense: “todos” os cidadãos livres teriam igualdade política². Contudo, a democracia dos antigos não abarcava todas as pessoas e se restringia a número muito pequeno da sociedade.

Apesar da importância dos antigos debates sobre democracia a partir de Heródoto³, Aristóteles⁴ e Políbio⁵, pesquisas recentes da ciência política corroboram com a perspectiva de que conceitos políticos centrais possuem uma “natureza mutável e frequentemente ambígua”. Assim, a construção contemporânea do que se entende por democracia também é marcada pela disputa de narrativas e sentidos⁶.

Neste artigo, porém, não se pretende traçar uma história conceitual do termo “democracia”, algo que demandaria um intenso estudo sobre a linguagem política e seu respectivo contexto histórico.

Contudo, faz-se premente salientar que, mesmo que ainda não haja uma resposta única para o sentido de democracia, as definições mais recentes parecem convergir para um entendimento da democracia como um regime que busca escutar os anseios daqueles que estão sendo governados, em virtude da soberania do povo. Em geral, sempre é suscitada a discussão procedimental de participação no governo explorada por Hans Kelsen: a democracia consiste no regime político em que a ordem social é estabelecida por aqueles que a ela se submetem, ou

¹ Kelsen, Hans. *A democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 140-142.

² Miglino, Arnaldo. *A cor da democracia*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010, p. 23.

³ Heródoto. *Historia*. Livro III, tópicos 80-82. Trad. Carlos Schrader. Madrid: Editorial Gredos, 1979, p. 157-166.

⁴ Aristóteles. *Política*. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 90-91.

⁵ Políbio. *The Histories*. Trad. W. R. Paton. v. 3. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1923, p. 274-275.

⁶ Seaward, Paul; Ihalainen, Pasi. Key Concepts for Parliament in Britain (1640–1800). In: Ihalainen, Pasi; Ilie, Cornelia; Palonen, Kari. *Parliament and Parliamentarism: a comparative history of a European concept*. New York: Berghahn Books, 2016, p. 32-34.

seja, pelos cidadãos⁷. Dessa forma, apesar das divergências de conceituação, a ideia de democracia gira em torno de um conceito central: a soberania do povo.

Em uma conferência de 1959, Norberto Bobbio contestou o mito que a democracia seria “autogoverno do povo”. Mencionados pensadores italianos como Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca, Bobbio argumenta que quem “governa” é sempre uma minoria política, às vezes com disputas entre grupos específicos. Para promover um regime efetivamente democrático, propõe três elementos: eleição popular para escolha da “minoria dirigente”, limitação de mandatos por meio da periodicidade das eleições, possibilidade de alternância do governo e oposição⁸.

Bobbio também não se contenta em observar a democracia apenas com base em seus procedimentos, alertando para a finalidade do regime político: a “igualdade entre os homens” e promoção da justiça social. Um regime político que não serve para melhorar a condição humana, “seria pura expressão de poder”⁹.

Portanto, para além da dimensão procedimental, também é possível compreender a democracia como regime político que se propõe a melhorar as condições materiais daqueles que mais são atingidos pela dinâmica social. A busca por propostas de solução para os problemas sociais, porém, não se dá de forma unilateral, por especialistas ou autoridades específicas, mas sim com a ampla participação dos grupos sociais atingidos. A efetivação desse sentido de democracia no século XXI, porém, encontra obstáculos diversos. Isso porque ainda persistiria uma tendência geopolítica de domínio ou intensa sobreposição de certos países sobre outros, os quais, ao longo de toda história, de acordo com Marcelo Neves, “jogaram seu lixo nas periferias em forma de escravidão, invasão, guerra, apoio a ditaduras e corrupção das mais variadas”¹⁰.

Assim, mesmo que essa dimensão participativa não se encontre tão explícita no pensamento de Norberto Bobbio como as dimensões procedimental e ética, sua visualização é possível nos termos discutidos por Hans Kelsen. Afinal, se a democracia deve servir para a redução de desigualdades, é preciso que exista participação social para a escuta de todos aqueles que são atingidos pelas políticas públicas. Isso, porém, não significa necessariamente a adoção de mecanismos de democracia direta ou semidireta.

⁷ SILVA, José da; ALMEIDA E SOUZA, Matheus; BRANCO, Matheus. Democracia e participação frente à influência de atores transnacionais no contexto da globalização. *Revista Pensamento Jurídico*, São Paulo, v. 15, n. 3, set/dez 2021, p. 9.

⁸ BOBBIO, Norberto. *Qual democracia?* Trad. Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2010, p. 23.

⁹ *Ibidem*, p. 38-41.

¹⁰ NEVES, Marcelo. Do Transconstitucionalismo à Transdemocracia. In: BUENO, Roberto (org.). *Democracia: da crise à ruptura. Jogos de armar: reflexões para a ação*. São Paulo: Editora Max Limonad, 2017, p. 1097-1110.

Dessa forma, ganha relevância, enquanto campo de pesquisa, o exame mais detido sobre os desafios para o projeto democrático. Não apenas em virtude de fenômenos novos como a globalização, a qual se apresenta como forte fator de rearranjo na forma como as decisões internas e externas de cada país são tomadas, mas sim devido a problemas antigos em nossa sociedade, tal qual o imperialismo enquanto política de submissão de nações à vontade e interesses de outros Estados Nacionais, desvirtuando o regime de democracia como expressão de soberania de um determinado povo.

Em face dessa problemática, o próximo tópico é dedicado às reflexões sobre as práticas imperialistas contemporâneas como fatores que promovem uma erosão dos regimes democráticos.

3 A erosão democrática a partir do imperialismo contemporâneo do século XXI: reflexões sobre um campo de pesquisa

Da mesma forma que o conceito de “democracia” não possui natureza estática, também conceitos políticos como “imperialismo” assumem a função de atuar como categorias analíticas para a percepção de problemas sociais. Por isso, também é possível afirmar que o imperialismo tem mudado a forma pela qual se manifesta nos últimos séculos. Se nos seus primórdios o imperialismo seria caracterizado pela expansão de capital do sistema mercantilista para regiões ultramarinas, com exploração de recursos naturais e de mão de obra, os tempos atuais revelam formas de dominação indireta pelas grandes potências, principalmente em aspectos econômicos, tecnológicos, diplomáticos e militares¹¹. Tal fenômeno contemporâneo poderia ser descrito como um imperialismo mascarado. Mas como ele funciona e se apresenta no cotidiano político?

Na literatura política, o termo “imperialismo” é considerado recente, mas consegue abranger as diferentes práticas de exploração, subjugação ou violência em prejuízo dos povos atingidos. Práticas colonialistas, programas econômicos de austeridade e pactos comerciais são apenas alguns exemplos de modalidades que podem ser assumidas¹². Em relevante artigo sobre o tema, Ana Garcia reforça que o imperialismo, enquanto categoria de análise, é usada de forma distinta pelos três principais paradigmas das Relações Internacionais (realismo, institucionalismo e marxismo), mas que convergem para um conceito que pressupõe uma

¹¹ WOOD, Ellen Meiksins. Imperialismo dos EUA: hegemonia econômica e poder militar. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n. 19, 2004, p. 1-4.

¹² PISTONE, Sergio. Imperialismo. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11. ed. Brasília: Editora da UnB, 1998, p. 611.

“assimetria”, uma relação de dominação e dependência¹³.

Nesse sentido, é possível compreender o imperialismo enquanto atuação política que desenvolve uma expansão de domínio não consentido pelos povos mais atingidos pelos efeitos dos programas e das medidas que serão adotadas. Portanto, neste conceito, não se incluem políticas de assistência humanitária ou medidas de apoio internacional refletidas, deliberadas e consentidas pelos Estados necessitados.

Se as novas práticas imperialistas resultam de medidas de pressão unilateral de potências políticas, o risco à democracia consiste justamente na perda da autodeterminação dos povos. Ou seja, na medida em que os nacionais são incapazes de decidir sobre a formação e aplicação das normas jurídicas de sua própria comunidade, o novo imperialismo contemporâneo poderia ser uma ferramenta metodológica para a discussão sobre riscos ao regime democrático de povos subjugados.

No cenário contemporâneo, cada vez mais, Estados têm visto sua soberania ameaçada em razão de tais práticas imperialistas. Tal questão ocorre, pois, os Estados Nacionais, principalmente aqueles considerados “periféricos” (à margem dos grandes centros econômicos), não são mais capazes de apresentar-se como unidade decisória autônoma e soberana de poder em virtude da assimetria política, militar e econômica. Na verdade, o que se tem percebido é que cada vez mais países têm sua soberania questionada por países imperialistas, os quais, mediante a prática, em certa medida, de um imperialismo travestido de geopolítica internacional, impedem a autoafirmação de povos, os quais não tem força política para se impor na arena internacional.

Nessa perspectiva, considerando que o atual imperialismo não necessariamente age por meio de ocupações militares e dominação territorial, também é possível associar modalidades em termos econômicos e culturais. Dessa forma, o imperialismo de hoje caracteriza-se também pela expansão do capital financeiro, mediante a propagação de empresas transnacionais, as quais exercem influência não só econômica e política, mas também cultural. Por isso, pode-se afirmar que a política imperialista, independentemente da forma pela qual se expressa, seja econômica, militar ou política, constitui-se como uma relação de poder entre dois polos, no qual um exerce influência incontestável sobre o outro – que pode ser considerada justificável ou não a depender da corrente teórica aplicada¹⁴.

Entretanto, não se pode deixar de destacar que, mesmo que os Estados Unidos ainda

¹³ GARCIA, Ana Saggiaro. Hegemonia e Imperialismo: Caracterizações da Ordem Mundial Capitalista após a Segunda Guerra Mundial. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, jan/jun 2010, p. 155-157.

¹⁴ *Ibidem*, p. 172-173.

se apresentem como uma das maiores hegemonias econômica e política na atualidade, é notável a consolidação de outros países cada vez mais influentes nas últimas décadas. Potências como Rússia e China procuram fortalecer suas ações econômicas, bélicas e tecnológicas na geopolítica internacional e têm se mostrado capazes de fazer frente ao poderio norte-americano ao buscar suas próprias esferas de influência e causar uma ruptura na atual conjuntura global. Para isso, os métodos utilizados apresentam-se os mais variados. Como citado anteriormente, o imperialismo na atualidade é praticado majoritariamente de forma indireta. Contudo, isso não quer dizer que não mais ocorram casos de uso da força coerciva para a dominação de uma região por um país imperialista. Basta apenas olharmos para a situação do conflito russo-ucraniano e os discursos sobre a atuação de políticas imperialistas¹⁵.

Nas últimas décadas, uma das principais preocupações da pesquisa acadêmica é a questão de saber como os regimes democráticos estão sendo corroídos no mundo contemporâneo. Por meio da “degradação incremental das estruturas e substância das democracias constitucionais”, diferentes experiências políticas promovem um “flerte” com políticas autoritárias que ameaçam os pilares tradicionais da democracia liberal¹⁶. Além disso, é importante não perder de vista o sentido bobbiano de democracia discutido no início dessa pesquisa: sua finalidade é reduzir desigualdades e promover justiça social a partir das regras procedimentais que permitem a mobilidade política sem violência.

A erosão dos sistemas democráticos, portanto, pode ocorrer tanto pela prática autoritária dos centros decisórios institucionalizados como também a partir da própria experiência social cotidiana que pode gerar a descrença nas instituições e seu desencanto com a eficácia dos instrumentos de participação social.

Caso interessante ocorreu em Hong Kong, quando foram registradas supressões de dissidentes políticos, ou seja, a eliminação do contraditório, algo essencial à democracia. Práticas desse tipo podem enfraquecer a legitimidade das instituições na região. Nas eleições de 2021 em Hong Kong, menos de um terço dos cidadãos participaram e apenas candidatos considerados “leais” à China foram permitidos. Além da reforma eleitoral, houve prisão de centenas de manifestantes que protestavam em favor da democracia¹⁷.

Dessa forma, justamente por ser um sistema que, na ausência de uma proteção e

¹⁵ CAMPATO JR., João Adalberto. A Guerra Russo-ucraniana e os discursos sobre o imperialismo da nova desordem mundial. *EIDEA – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, v. 22, n. 1, 2022, p. 83-84.

¹⁶ PAULINO, Lucas Azevedo. Democracias constitucionais em crise: mapeando as estratégias institucionais que levam à erosão democrática. *Direito, Estado e Sociedade*, n. 58, jan/jun 2021., p. 255-257.

¹⁷ DAVIS, Michael C. Hong Kong: How Beijing perfected repression. *Journal of Democracy*, v. 33, n. 1, jan 2022, p. 100-115.

cultivos adequados, rapidamente se desgasta, é que o impacto de atitudes imperialistas se evidencia como tão danoso ao movimento democrático, tendo em vista essa influência externa, realizada por nações dominantes, com intuito de salvaguardar os próprios interesses, por vezes agindo até mesmo de maneira indireta, possui capacidade de fazer ruir as instituições sociais que legitimam e solidificam os princípios democráticos.

Nesse sentido, cabe resgatar a metáfora de Marcelo Neves¹⁸, o qual argumenta que todas as formas de “lixo” despejadas pelas grandes potências mundiais, seja por meio de guerras, invasões, corrupção de elites ou mesmo apoio a ditaduras acaba por retornar a essas mesmas nações “poluidoras”, pois a globalização e os meios de comunicação instantânea permitem não apenas o trânsito de mercadorias e informações, mas também de ideias. Assim, as crises democráticas que atingem países de tradição mais instável, como os países latino-americanos, impactam também o restante do mundo: gerando também fatores de migração. Dessa forma, a relação do fenômeno imperialista com a “erosão democrática” se dá no seguinte sentido: as políticas imperialistas provocam, gradualmente, a perda da autoafirmação dos povos, os quais deixam de ter voz para expressar as suas demandas diante da sobreposição de interesses hegemônicos. Elas impedem, portanto, que a própria comunidade atingida seja protagonista de suas decisões sobre como melhorar suas próprias condições de vida com promoção de justiça social. Nesse sentido, buscamos, por meio deste artigo, problematizar potenciais posturas imperialistas de duas grandes potências do atual cenário internacional: Estados Unidos e Rússia.

4 Casos práticos de erosão democrática

4.1. Imperialismo norte-americano

De início, é premente salientar que o imperialismo estadunidense não é algo recente na história da geopolítica mundial. Exemplo disso pode ser pontuado com a própria Doutrina Monroe, em 1823, a qual fornece aos Estados Unidos o poder para gerir o conjunto do Novo Mundo de acordo com os seus próprios interesses. Assim, tais políticas buscavam retirar a influência hegemônica da Inglaterra e da França e ampliar seu próprio poder político e econômico¹⁹. A soberania dos Estados Unidos passa a ser afirmada acima da soberania de qualquer outro país, o qual deve submeter-se às determinações políticas, econômicas, jurídicas e sociais que são consideradas benéficas para os interesses de dominação estadunidenses.

¹⁸ NEVES, Do Transconstitucionalismo à Transdemocracia. *cit.*, p. 1097-1110.

¹⁹ LEITE, Lucas Amaral B. Darwinismo social e alteridade nos Estados Unidos: da Guerra Civil à construção do imperialismo. *Perspectivas*, São Paulo, v. 54, jul/dez 2019, p. 73-76.

Sob esse prisma, conseguimos perceber como essas primeiras expressões do imperialismo serviram para construir as bases do atual imperialismo estadunidense, o qual perdura desde o fim da Segunda Guerra Mundial, quando a maioria dos países saiu completamente arruinada do conflito e se tornou dependente financeiramente dos Estados Unidos. A partir disso, este país começou a consolidar-se cada vez mais como potência econômica, uma vez que detinha para si grande parte da produção industrial do mundo, bem como a exclusividade de novas tecnologias²⁰.

Com a posterior recuperação econômica do Japão e de parte da Europa no final do século XX e pela preocupação do avanço socialista no continente americano, a busca pela hegemonia política também levou o governo norte-americano a adotar novas interferências imperialistas, inclusive no século XXI: desestabilizar governos de esquerda e centro-esquerda, incentivando grupos de oposição a medidas como rupturas institucionais²¹.

Nesse sentido, as estratégias de imperialismo utilizadas pelos norte-americanos são específicas e variam de acordo com o cenário político e social de cada país. Bloqueios econômicos, reforço da oposição com o intuito de desestabilizar os governos em vigor e ocupação militar são algumas formas de manifestação da política imperialista estadunidense na América Latina. Com isso, é possível perceber um cenário que viola a soberania dos regimes democráticos latinos, não apenas pela deposição de governos, mas também pela primazia indesejada do capital estrangeiro. E, fato é, que ao ferir a soberania, se corrompe o projeto democrático²².

Para um olhar mais detalhado sobre o fenômeno, é possível citar a influência norte-americana na ruptura autoritária de 1964 no Brasil. Naquela época, o embaixador estadunidense no Brasil, Lincoln Gordon, que havia fundado a “Aliança para o Progresso” com o objetivo de conter o avanço do socialismo pelo continente, considerou o Presidente João Goulart como uma potencial ameaça para a atuação dos EUA no território brasileiro²³. A partir disso, podemos perceber como o imperialismo norte-americano atua de maneira indireta para estabelecer a sua influência sobre determinadas regiões e, assim, garantir para si a hegemonia econômica e política. Assim, em vez de cada povo desenvolver caminhos próprios de emancipação para enfrentar suas questões, de acordo com as circunstâncias históricas, culturais

²⁰ AMIN, Samir. O Imperialismo, Passado e Presente. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 18, 2005, p. 88-95.

²¹ SILVA, Ilse Gomes. Democracia, Autoritarismo e Imperialismo: a centralidade da agenda conservadora na política brasileira. *Revista de Políticas Públicas*, v. 20, 2017, p. 240.

²² MACHADO, Eliel Ribeiro. Imperialismo, soberania e democracia na América Latina hoje. *Claroscuro*, n. 3, 2003, p. 164-174.

²³ FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, v. 9, n. 20, 2017, p. 14-16.

e sociais, eles acabam sendo coordenados pelas “boas intenções” de outros governos. Perdem sua autonomia política e jurídica, apenas replicando formalmente instituições que só conseguem ser democráticas em aparência, dessem consideração das peculiaridades da própria realidade social. Com isso, pode-se afirmar que a América Latina se tornou um verdadeiro “feudo” da era contemporânea, no qual o populismo assistencial tem ganhado cada vez mais força na sociedade e ameaçado uma real transição para o regime democrático²⁴.

Contudo, é válido ressaltar que o imperialismo dos Estados Unidos nem sempre atua de forma indireta. Caso interessante está relacionado ao atentado às Torres Gêmeas em setembro de 2001. Entretanto, esse imperialismo tenta se apresentar como algo positivo, na medida em que supostamente funcionaria como uma forma de “prevenção” contra novos ataques e proteção do território²⁵. Aqui temos o início de um imperialismo estadunidense diferente do que se havia visto até então. Isso porque a política imperialista dos EUA havia ocorrido, em geral, de forma indireta. No entanto, a “Guerra ao Terror”, desenvolvida a partir do Governo Bush, também é uma retórica ideológica sustentada na premissa de prevenção geral e que gerou a invasão militar em territórios do Afeganistão e do Iraque²⁶.

Nessa perspectiva, faz-se premente salientar que as guerras preventivas, principalmente no que tange ao Iraque, passaram a ser compreendidas como graves erros políticos, pois, mesmo que haja uma eventual vitória bélica, os efeitos políticos e sociais podem ser perversos, como no caso do fortalecimento de grupos extremistas de terrorismo internacional. Nesse processo imperialista, os meios de comunicação e a cultura desempenham papéis fundamentais para relacionar a vulnerabilidade americana com o militarismo de modo não violento²⁷.

Nesse contexto, também decisivas foram as supostas alegações de que o Iraque estaria abrigando armas de destruição em massa ou que o presidente do país, Saddam Hussein, teria relações com grupos terroristas. Entretanto, nenhuma das afirmações, tanto em relação às armas, como ao presidente, foram comprovadas²⁸. Vale ressaltar que tais investidas contra o Iraque, de início, obtiveram forte apoio da população norte-americana em virtude de apelações feitas ao nacionalismo e pelo uso da grande mídia capaz de espalhar o medo e a necessidade pelo sentimento de proteção que a guerra contra o terrorismo poderia trazer no futuro – tanto

²⁴ FRIEDE, Reis. Democracia e Regime Democrático. *Revista Ministério Público do Rio de Janeiro*, n. 24, 2006, p. 194-195.

²⁵ AMIN, O Imperialismo, Passado e Presente. *cit.*, p. 121.

²⁶ COSTA, Frederico Carlos de Sá; WUNDER, Rodrigo Setubal. Guerra ao Terror: Aspectos ideológicos do contraterrorismo. *Aurora*, v. 5, n. 7, 2011, p. 20-22.

²⁷ LUBIN, Alex. *Never-ending war on terror*. Oakland, California: University of California Press, 2021, p. 26-45.

²⁸ *Ibidem*, p. 3.

que o presidente George W. Bush foi reeleito em 2004.

Na medida em que a opinião pública mudou sua percepção sobre a “Guerra ao Terror”, os anseios do povo para sair do conflito não foram escutados, colocando a ideia de democracia em pauta. Isso porque a necessidade de manter hegemonia política e econômica também ganhou força. Ora, se a democracia é o regime do povo, por que ele não foi escutado em um momento como este? É aqui que notamos como a democracia estadunidense não é tão perfeita quanto aparenta ser.

Por fim, cabe destacar que o atual imperialismo estadunidense parece voltar ao que era antes das guerras preventivas, isto é, a uma influência de forma indireta e discreta, sem despertar reprovação da opinião pública mundial. Há, portanto, um imperialismo que se apoia na força dos mercados capitalistas. Por isso, não estranho seria afirmar que o capitalismo mostra-se como a própria essência do novo imperialismo estadunidense, uma vez que cria sua própria forma de hegemonia imperial. Assim, a exploração exercida pela política imperialista consiste não mais apenas na coerção direta ou na deposição de governos contrários à hegemonia estadunidense - ainda que isso continue acontecendo - mas também na dependência de um mercado financeiro em contínua expansão e na capacidade de penetração do capital transnacional em certas regiões.

4.2 Imperialismo Russo

A priori, é válido ressaltar que a Rússia possui séculos de história, desempenhando papel internacional relevante em diversos momentos. Quando atinge seu ápice de hegemonia política por meio da União Soviética, suas táticas, zonas de influência e modo de organização também se transformam para alcançar um domínio em diferentes partes do globo. Sob esse prisma, chama atenção um conceito bastante utilizado por Moscou, o de “estrangeiro próximo”: países próximos à atual Rússia, que são alvos de constante monitoramento e interferências com intuito de mantê-las sob um mínimo controle, ou ao menos politicamente alinhados com as decisões do Kremlin. Isso por si só já evidencia um elevado grau de influência quanto aos rumos de nações vizinhas, pois fere, em certa medida, o princípio da autodeterminação dos povos e revela uma noção marcada por uma visão imperialista²⁹.

Entretanto, se faz justo pontuar que a Rússia não agiu intermitentemente de maneira imperialista. Esclarecendo ainda mais a questão: a categoria analítica das práticas imperialistas não é necessariamente algo observado sempre no decorrer da história russa, mas pode servir

²⁹ FERNANDES, Sandra; CRUZ, Marcos. O dilema de segurança na nova Estratégia Nacional de Segurança russa: entre militarismo e pivot geográfico. *Janus.net – e-journal of International Relations*, v. 13, n. 1, 2022, p. 2-3.

para a observação de ações geopolíticas recentes. Após a queda da União Soviética, houve, por exemplo, uma desintegração de seu antigo território em meio a uma crise econômica e militar, pois faltavam recursos para investir na modernização dos equipamentos, o que acarretou uma diminuição da capacidade moscovita de se impor como uma potência global³⁰. Tal fato é evidenciado pelo alinhamento com o ocidente de um elevado número de países, antes sob o guarda-chuva russo, seja por meio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), seja por meio da União Europeia (UE)³¹.

No entanto, a partir dos anos 2000, com a chegada de Vladimir Putin ao poder, a antiga superpotência soviética volta a dar sinais de recuperação, especialmente pela exportação de commodities e recursos energéticos, como o petróleo e principalmente o gás natural. Aliada à retomada econômica e militar, vem também uma busca pelo retorno à posição de potência global, intensificando uma noção que nunca havia sumido por completo do ideário do Kremlin, isto é, a premissa imperialista, que pode ser constatada em diversas guerras que contaram com a participação russa, como a Geórgia em 2008 e a Chechênia em 1999³².

Nesse sentido, é possível observar um *modus operandi* por parte de Moscou, envolvendo a participação indireta, a saber: o incentivo e apoio de movimentos separatistas nas suas antigas zonas de influência, bem como o apoio a candidatos de caráter pró-Rússia para os cargos executivos dos países, e, como última opção, a invasão militar. Essa história se repete mais uma vez em 2022, no cenário da Guerra da Ucrânia, o exemplo mais recente do novo imperialismo russo, objeto de reflexões neste tópico.

Inicialmente, é importante esclarecer que o conflito russo-ucraniano a partir de 2022 não é apresentado pela comunidade ocidental como um ato que remonta a outras violações à soberania ucraniana, tendo em vista que a primeira invasão foi realizada no ano de 2014, na região da Crimeia. E, no entanto, o conflito tem raízes ainda mais antigas. Existe historicamente uma relação entre a Ucrânia e a Rússia que remontam ao período medieval, às origens do povo eslavo, denominados “Rus”, os quais dariam origem à Rússia, Ucrânia e Bielorrússia. Originalmente, a região de Kiev, atual capital ucraniana, seria originalmente o coração da antiga comunidade eslava ainda por volta do século IX³³.

³⁰ FARIA, James Magno Araújo. Notas sobre a Guerra da Ucrânia. *Revista de Ciências Jurídicas e Sociais - IURJ*, v. 3, n.1, p. 132-142, jun 2022.

³¹ AMAL, Victor Wolfgang Kegel. A intervenção russa na guerra da Ucrânia (2014): raízes históricas do novo dilema geopolítico europeu. In: XXIX Simpósio Nacional de História, v. 19, *Anais [...]*, Brasília: UNB, 2017, p. 1-15. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anaais/category-items/1-anaais-simpósios-anpuh/35-snh29?start=1020>>. Acesso em: 13 out de 2022.

³² BRYCE-ROGERS, Athena. Russian Military Reform in the Aftermath of the 2008 Russia-Georgia War. *Demokratizatsiya*, v. 21, n. 3, 2013, p. 340-355.

³³ FARIA, Notas sobre a Guerra da Ucrânia, *cit.*, p. 132-142.

Além disso, a região sempre teve importância estratégica defensiva para a Rússia, posto que inicialmente essa comunidade eslava não havia se expandido até os limites que possui hoje, não contando com nenhuma barreira geográfica, como barreiras ou mares, para assegurar a defesa do território, fato que se altera com as sucessivas expansões. Historicamente, uma das grandes relevâncias ucranianas para a Rússia seria a cordilheira ucraniana que serviria como proteção natural contra uma possível invasão ocidental. Tal relevância militar pode ser comprovada observando as invasões feitas à Rússia, seja por Napoleão, seja durante as guerras mundiais³⁴.

Outro interesse russo na região ucraniana diz respeito ao porto de Sevastopol, na Crimeia, o único em posse da Rússia com águas mornas, ou seja, que não congela durante o inverno. Este é também um local estratégico em virtude de sua saída para o Mar Mediterrâneo e de sua posição, que permite estabelecer um domínio sobre as águas do Mar Negro, região que banha uma das fronteiras russas. Após revoltas populares que tiraram o presidente pró-Rússia, Viktor Yanukovich, que se recusou a assinar um tratado de cooperação econômica com a UE por medo de desagradar o Kremlin, o cenário alterou-se. Caminhando na contramão dos anseios populares, Vladimir Putin, com medo de que houvesse uma revogação do acordo que dava à Rússia o controle e o acesso à Sevastopol, alega necessidade de proteger os russos da Crimeia e decreta uma guerra antes mesmo de qualquer apoio do Parlamento russo. Desse modo, domina a região e realiza um plebiscito – que não foi reconhecido por diversas potências ocidentais e pela Ucrânia, além de obter o incrível percentual de 97% de aprovação para anexação da região aos domínios russos³⁵.

Em 2022, houve o reconhecimento unilateral do governo russo sobre a independência de províncias separatistas. Isso ocorreu logo após o presidente ucraniano, Vladimir Zelensky, demonstrar tentativas de aproximação com o Ocidente, contra os desejos moscovitas. É, então, deflagrado novo conflito com a Ucrânia, que acaba mais uma vez em invasão militar, alegando buscar a proteção de cidadãos russos e culminando, no fim, com a anexação da ex-potência soviética dos territórios invadidos.

Independentemente das diversas narrativas, pró-Ucrânia ou pró-Rússia, um fato merece ser ressaltado: A Rússia desenvolve uma política que cria uma primazia dos interesses do povo russo em detrimento do protagonismo das comunidades ucranianas, de modo que articula estratégias de caráter político, econômico e bélico-militar.

Perceptível, portanto, que potenciais abalos à democracia ocorrem tanto nas

³⁴ AMAL, A intervenção russa na guerra da Ucrânia (2014), *cit.*, p. 1-15.

³⁵ *Idem.*

instituições dos povos que estão sendo subjugados (porque ignorados em um processo mais amplo de participação, bloqueando o exercício de sua soberania popular) como também nas instituições do Estado imperialista. Isso porque, no caso russo, as atitudes de autoritarismo penal e intervenções na comunicação social adotam um tom repressivo para combater opiniões divergentes em seu território.

Por fim, é digno de nota que já houve tentativas de buscar uma solução diplomática para a questão. Em 1994, a Ucrânia assinou o memorando de Budapeste entregando o Arsenal Nuclear que havia ficado em sua posse após a queda da União Soviética, 3º maior do mundo, em troca do reconhecimento de suas fronteiras por parte da Rússia. Ademais, em 1997, Kiev concordou em manter a base russa em Sebastopol (Crimeia), bem como as tropas marítimas de Moscou durante algum tempo, em troca do reconhecimento das fronteiras ucranianas. Um dos problemas causados pela visão imperialista russa é a perspectiva paternalista de tratar a Ucrânia como um Estado incapaz de escolher seus rumos livremente, de modo que a ausência de alinhamento com os projetos russos poderia ser vista automaticamente como uma atitude extremista, como se a Ucrânia fosse apenas como um Estado-satélite ou uma parte integrante da grande nação eslava³⁶.

Entretanto, o mais interessante de observar é que essa própria política imperialista russa também pode enfraquecer a legitimidade do presidente eleito, Vladimir Putin. No momento em que a própria população russa começa a protestar contra as ações militares tomadas pelo chefe do executivo, sua força política também pode ser ameaçada. Isso porque milhares de manifestantes foram presos, comícios nacionalistas foram feitos e intervenções na comunicação social também foram adotadas³⁷. Todo esse cenário pode representar um abalo às instituições democráticas, contribuindo para a destruição do sentimento de maior participação popular na construção do governo.

5 Considerações finais

Por fim, podemos perceber que o debate em torno das novas práticas de imperialismo e sua influência nos rumos dos regimes políticos, em especial sobre como afetam a democracia. Isso porque, ainda que inúmeras sejam as tentativas de entender e conceituar as práticas imperialistas no século XXI, estas precisam ser constantemente revisadas, pois podem variar

³⁶ TRONENKO, Rostyslav. Ucrânia: luta pelo direito de escolher seu destino, pela sua soberania e integridade territorial. *Universitas: Relações Internacionais*, v. 14, n. 1, p. 104-115, 2016.

³⁷ JOHNSON, Rob. Dysfunctional Warfare: The Russian Invasion of Ukraine. *Parameters*, v. 52, n. 2, 2022, p. 6-12.

de país para país, conforme as suas necessidades econômicas, jurídicas e militares. Em um primeiro momento, foi possível refletir sobre o sentido da democracia como método de participação e consentimento dos povos na busca por justiça social, redução das desigualdades e melhoria da condição de vida. A visão de Norberto Bobbio, nesse caso, auxilia para que o debate seja colocado para além das limitações procedimentais.

Na sequência, o artigo estimulou a reflexão sobre o imperialismo enquanto categoria analítica para o exame de casos específicos nos Estados Unidos e na Rússia. Ao final, o artigo não pretende impor lições históricas, destacar “vencedores” ou “perdedores”, mas tão somente refletir sobre como o regime democrático pode estar sendo corroído por fatores imperialistas que nem sempre são explícitos na geopolítica atual.

Igualmente, foi possível destacar a constante ameaça que práticas imperialistas representam para a democracia, não só nos países alvo de tais ações, os quais são subjugados a interesses alheios, mas também naqueles que o praticam, como ressaltado nos Estados Unidos no contexto das guerras preventivas, em que milhões de pessoas mobilizaram-se pelo fim do conflito, mas, ainda assim, não foram escutados. Nesse sentido, fica exposto o cenário de urgência no qual a democracia encontra-se inserida, tendo em vista que esta parece sofrer ataques dos mais variados lados, até mesmo daqueles que se colocam como sendo exemplos democráticos para o mundo todo.

Referências Bibliográficas

- AMAL, Victor Wolfgang Kegel. A intervenção russa na guerra da Ucrânia (2014): raízes históricas do novo dilema geopolítico europeu. In: XXIX Simpósio Nacional de História, v. 19, *Anais [...]*, Brasília: UNB, 2017. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/35-snh29?start=1020>>. Acesso em: 13 de out de 2022.
- AMIN, Samir. O Imperialismo, Passado e Presente. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 77-123, 2005.
- ALMEIDA, José. Hegemonia estadunidense: ascensão ou declínio? *Lutas Sociais*, São Paulo, n.24, p.78-86, 1º sem 2010. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/18858/14014>>. Acesso em: 15 de out. de 2022.
- ARISTÓTELES. *Política*. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- BOBBIO, Norberto. *Qual democracia?* Trad. Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- BRYCE-ROGERS, Athena. Russian Military Reform in the Aftermath of the 2008 Russia-Georgia War. *Demokratizatsiya*, v. 21, n. 3, p. 339-368, 2013.
- CAMPATO JR., João Adalberto. A Guerra Russo-ucraniana e os discursos sobre o imperialismo da nova desordem mundial. *EIDEA – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, v. 22, n. 1, p. 82-102, 2022.
- DAVIS, Michael C. Hong Kong: How Beijing perfected repression. *Journal of Democracy*, v. 33, n. 1, p. 100-115, jan 2022.
- COSTA, Frederico Carlos de Sá; WUNDER, Rodrigo Setubal. Guerra ao Terror: Aspectos ideológicos do contraterrorismo. *Aurora*, v. 5, n. 7, p. 20-33, 2011.
- FARIA, James Magno Araújo. NOTAS SOBRE A GUERRA DA UCRÂNIA. *Revista de Ciências Jurídicas e Sociais - IURJ*, v. 3, n. 1, p. 132-142, jun 2022. Disponível em: <<https://revista.institutouniversitario.com.br/index.php/cjsiurj/article/view/113>>. Acesso em: 13 de out de 2022.
- FERNANDES, Sandra; CRUZ, Marcos. O dilema de segurança na nova Estratégia Nacional de Segurança russa: entre militarismo e pivot geográfico. *Janus.net – e-journal of International Relations*, v. 13, n. 1, p. 1-19, 2022. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/83806/1/PT-vol13-n1-art01.pdf>. Acesso em 20 de nov de 2022.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas *Revista Tempo e Argumento*, v. 9, n. 20, 2017, p. 5-74.
- FRIEDE, Reis. Democracia e Regime Democrático. *Revista Ministério Público do Rio de Janeiro*, n. 24, p. 193-197, 2006. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2758620/Reis_Friede.pdf>. Acesso em: 20 de out. de 2022.
- GARCIA, Ana Saggiaro. Hegemonia e Imperialismo: Caracterizações da Ordem Mundial Capitalista após a Segunda Guerra Mundial. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, janeiro/junho 2010, p. 155-177.
- HERÓDOTO. *Historia*. Livro III, tópicos 80-82. Trad. Carlos Schrader. Madrid: Editorial Gredos, 1979.
- JOHNSON, Rob. Dysfunctional Warfare: The Russian Invasion of Ukraine. *Parameters*, v. 52, n. 2, 2022.
- KELSEN, Hans. *A democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- LEITE, Lucas Amaral B. Darwinismo social e alteridade nos Estados Unidos: da Guerra Civil à construção do imperialismo. *Perspectivas*, São Paulo, v. 54, p. 73-106, jul/dez 2019.

- LUBIN, Alex. *Never-ending war on terror*. Oakland, California: University of California Press, 2021.
- MACHADO, Eliel Ribeiro. Imperialismo, soberania e democracia na América Latina hoje. *Claroscuro*, n. 3, 2003.
- MIGLINO, Arnaldo. *A cor da democracia*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.
- NEVES, Marcelo. Do Transconstitucionalismo à Transdemocracia. In: BUENO, Roberto. *Democracia: da crise à ruptura. Jogos de armar: reflexões para a ação*. São Paulo: Editora Max Limonad, 2017, p. 1097-1110.
- PAULINO, Lucas Azevedo. Democracias constitucionais em crise: mapeando as estratégias institucionais que levam à erosão democrática. *Direito, Estado e Sociedade*, n. 58, p. 274-309, jan/jun 2021.
- POLÍBIO. *The Histories*. Trad. W. R. Paton. v. 3. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1923. Disponível em: <<https://archive.org/details/historieswitheng03polyuoft/page/n5/mode/2up>>.
- PISTONE, Sergio. Imperialismo. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11. ed. Brasília: Editora da UnB, 1998, p. 611-621.
- SEAWARD, Paul; IHALAINEN, Pasi. Key Concepts for Parliament in Britain (1640–1800). In: IHALAINEN, Pasi; ILIE, Cornelia; PALONEN, Kari. *Parliament and Parliamentarism: a comparative history of a European concept*. New York: Berghahn Books, 2016, p. 32-48.
- SILVA, Ilse Gomes. Democracia, Autoritarismo e Imperialismo: a centralidade da agenda conservadora na política brasileira. *Revista de Políticas Públicas*, v. 20, p. 237-244, 2017.
- SILVA, José da; ALMEIDA E SOUZA, Matheus; BRANCO, Matheus. Democracia e participação frente à influência de atores transnacionais no contexto da globalização. *Revista Pensamento Jurídico*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 1-28, set/dez 2021. Disponível em <<https://fadisp.com.br/revista/ojs/index.php/pensamentojuridico/article/view/296>>. Acesso em: 20 de out de 2022.
- TRONENKO, Rostyslav. Ucrânia: luta pelo direito de escolher seu destino, pela sua soberania e integridade territorial. *Universitas: Relações Internacionais*, v. 14, n. 1, p. 104-115, 2016.
- WOOD, Ellen Meiksins. Imperialismo dos EUA: hegemonia econômica e poder militar. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v. 1, n. 19, 2004, p. 49-61. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo105artigo3.pdf>. Acesso em: 15 de out de 2022.

Como citar este artigo: ALVES, Pedro de Oliveira; LIRA, João Guilherme Amorim Rodrigues de; BATISTA, Kamilly Cristiane Ferreira Ribeiro. Erosão da democracia em face dos novos imperialismos. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 1–18, 2023.

Recebido em 03.07.2023

Publicado em 20.10.2023



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional